

ASSUNTOS POLÊMICOS CONTINUAM EM ABERTO

• **COLIGAÇÕES PARA ELEIÇÃO PROPORCIONAL:** Ficou mantido o texto do relator do projeto de lei eleitoral, deputado Carlos Apolinário (PMDB-SP), que permite coligações separadas para eleição de deputados federais e estaduais. O PSDB e o PFL ficaram isolados na tentativa retirar esse dispositivo.

• **VOTO EM BRANCO:** Acaba a inclusão do voto em branco no cálculo do coeficiente eleitoral (o número de votos que cada partido precisa conseguir para ter acesso a uma vaga na Câmara ou nas assembleias legislativas). A medida beneficia os pequenos partidos e o PFL queria retirar esse dispositivo do texto, mas perdeu.

• **CONVENÇÕES PARA ESCOLHA DE CANDIDATOS:** Os partidos deverão escolher seus candidatos no período de 10 a 30 de junho do próximo ano. O Governo queria que as convenções fossem realizadas de 5 a 19 de julho, para encurtar a campanha, mas perdeu na votação nominal. Com isso, a campanha de rua ficará mesmo em 90 dias, conforme fixado no relatório de Apolinário.

• **PRAZO DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA:** O PSB tentou estender o prazo de filiação partidária para dezembro, mas os partidos majoritários estavam fechados pela manutenção desse prazo em 3 de outubro e derrotaram o destaque.

Ainda objeto de embate entre os partidos:

• **FINANCIAMENTO PÚBLICO:** Foi aprovada uma emenda que fixa para 1998 uma espécie de sistema misto de financiamento da campanha: do fundo partidário, os partidos receberão R\$ 420 milhões e podem captar ainda de pessoas jurídicas R\$ 300 mil (por doador). Cada pessoa física pode doar para os candidatos até 10% do total declarado no seu imposto de renda. Não há limite de valor global para

essas doações. O Governo tentava derrubar esse dispositivo. Para as eleições de 2002 em diante, o texto do relator permite a destinação de R\$ 700 milhões do orçamento ao financiamento público das campanhas em todos os níveis de governo, acabando de uma vez por todas com as doações de pessoas jurídicas.

• **DISTRIBUIÇÃO DO HORÁRIO ELEITORAL GRATUITO:** PMDB, PPB e oposições estão fechados para manter o texto do relator, que fixa como critério a configuração das bancadas no dia da posse dos parlamentares (2 de fevereiro de 1995). PSDB, PFL e PTB, que queriam a configuração das bancadas em 3 de outubro, vão apostar numa fórmula mista: a média aritmética entre o número de deputados que cada partido tinha na data da posse e o que cada legenda terá em 3 de outubro.

• **INAUGURAÇÕES:** O texto do relator proíbe o presidente da República e governadores, se candidatos, de comparecerem às inaugurações de obras nos três meses anteriores à eleição. O PSDB apresentou um destaque liberando a presença deles nessas solenidades. A oposição quer ampliar o prazo para mais 90 dias antes. A liderança do Governo vota com o relator.

• **DURAÇÃO DA CAMPANHA:** O relator prevê 90 dias de campanha de rua e 45 no horário gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. O PT quer 60 dias de campanha no rádio e na TV. O PSDB vai propor a redução da campanha de rua para 60 dias.

• **GASTOS COM PUBLICIDADE GOVERNAMENTAL:** O relator prevê que, no ano eleitoral, o Governo poderá gastar com propaganda institucional a média dos gastos que realizou nos últimos três anos. O PSDB vai propor que seja possível gastar o mesmo valor aplicado este ano.